



ESCOLA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Célia Pfeifer

Plano de Trabalho

Educação Especial – Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano)

(atendimento: pessoas com deficiência intelectual)

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIAL SOCIAL EVOLUÇÃO

2020



ÍNDICE DO PLANO DE TRABALHO

| ASSUNTO | Pág. |
|--|-----------|
| 1. DADOS CADASTRAIS | 02 |
| 2. DESCRIÇÃO DA REALIDADE | 03 |
| 2.1 Breve relato sobre a Deficiência Intelectual | 03 |
| 2.2 A educação especial no Brasil | 04 |
| 2.3 A educação especial em Santos | 05 |
| 2.4 A nossa entidade | 06 |
| 3. DAS METAS | 08 |
| 4. PREVISÃO RECURSOS | 09 |
| 4.1 Receitas | 09 |
| 4.2 Despesas | 10 |
| 5. FORMA DE EXECUÇÃO | 10 |
| 5.1 Atendimento Educação Especial – Ensino Fundamental I | 10 |
| 6. PARÂMETROS DE AFERIÇÃO | 11 |
| 6.1 Relatórios de aferição | 11 |
| 6.2 Profissionais envolvidos | 12 |
| 6.3 Participação da comunidade | 12 |



ESCOLA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Célia Pfeifer

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

| | | | |
|---|---|-----------|----------------|
| Entidade / Nome | Associação de Assistência Social Evolução | | |
| Endereço | Rua Conselheiro Lafaiete, 91 | Bairro | Embaré |
| CEP | 11040-280 | Cidade | Santos |
| Estado | São Paulo | Telefone | (13) 3273 4717 |
| CNPJ | 06.206.541/0001-57 | Insc.Mun. | 1841491 |
| Esfera Administrativa | Municipal | | |
| CONTA CORRENTE PARA MOVIMENTAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO: | | | |
| Banco/nº | Banco do Brasil / 001 | Agência | 3021-X |
| Conta-Corrente | 19255-4 | | |

PROPONENTE:

| | | | |
|----------|-------------------------------|-----------|---------------------|
| Nome | Célia Regina Pfeifer | Cargo | Presidente |
| Endereço | Rua Álvaro Alvim, 51 apto. 92 | Bairro | Embaré |
| CEP | 11040-131 | Cidade | Santos |
| Estado | São Paulo | RG | 13.155.780-4 SSP/SP |
| CPF | 025.462.978-48 | Profissão | Professora |

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIAL SOCIAL EVOLUÇÃO
2020



2. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

2.1 Breve relato sobre a Deficiência Intelectual:

A partir do século XX começou-se a estabelecer uma definição para o Deficiente Intelectual. Essa definição diz respeito ao funcionamento intelectual, que seria inferior à média estatística das pessoas, principalmente em relação à dificuldade de adaptação.

Segundo a descrição do DSM-IV - Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais¹, “a característica essencial do Retardo Mental é quando a pessoa tem um funcionamento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações significativas no funcionamento interpessoal, no uso de recursos comunitários, na autossuficiência, nas habilidades acadêmicas, no trabalho, no lazer, na saúde e na segurança”.

Na Deficiência Intelectual, a capacidade de adaptação do sujeito ao objeto, ou da pessoa ao mundo é o elemento mais fortemente relacionado à noção de normal, uma condição em si mesma, um estado patológico bem definido. Entretanto, na grande maioria das vezes, a Deficiência Intelectual é uma condição mental relativa, em relação aos demais indivíduos de uma mesma cultura. Logo, a existência de alguma limitação funcional, principalmente nos graus mais leves, não seria suficiente para caracterizar um diagnóstico de Deficiência Intelectual, se não existir um mecanismo social que atribua valores comparativos, portanto, relativo. Conclui-se que a Deficiência Intelectual é um estado onde existe uma limitação funcional em qualquer área do funcionamento humano, considerada abaixo da média geral das pessoas pelo sistema social onde se insere a pessoa. Portanto, uma pessoa pode ser considerada deficiente em uma determinada cultura e não deficiente em outra, de acordo com a capacidade dessa pessoa satisfazer as necessidades dessa cultura.

Para avaliar o grau de deficiência, costuma-se ter como referência os prejuízos no funcionamento adaptativo. Por funcionamento adaptativo entende-se o modo como a pessoa enfrenta efetivamente as exigências comuns da vida e o grau em que experimenta certa independência pessoal compatível com sua faixa etária, bem como o grau de bagagem sócio - cultural do contexto comunitário no qual se insere. O funcionamento adaptativo da pessoa pode ser influenciado por vários fatores: família, educação, treinamento, motivação, características de personalidade, oportunidades sociais e vocacionais, necessidades práticas e condições médicas gerais. O sistema qualitativo de classificação da Deficiência Intelectual reflete o fato de que muitos deficientes não apresentam limitações em todas as áreas das habilidades adaptativas, portanto, nem todos precisam de apoio nas áreas que não estão afetadas. Não devemos supor, de antemão, que as pessoas mentalmente deficientes não possam aprender a ocupar-se de si. Felizmente, a maioria das pessoas com deficiências mentais pode aprender muitas coisas, chegando a conquistar parcialmente e relativamente à independência e, mais importante, desfrutando da vida como todo mundo. Em termos de cuidados e condutas, o Instituto Evolução visa programar um serviço de atendimento terapêutico a estes deficientes porque acredita que, os problemas na adaptação habitualmente melhoram com esforços terapêuticos do que o QI cognitivo.

Portanto, o Instituto com vistas a favorecer a construção de um contexto de trabalho inclusivo, tem se afastado do padrão de buscar o desenvolvimento global e total do indivíduo *antes* do seu ingresso no mercado de trabalho, na direção de uma nova prática, de intervir e transformar o próprio mundo do trabalho de forma que este se ajuste e se organize para oferecer os suportes que favoreçam a participação e a possibilidade de produção da pessoa com deficiência. Atualmente, segundo dados

¹ O Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais é uma publicação da American Psychiatric Association, Washington D.C., sendo a sua 4ª edição conhecida pela designação “DSM-IV”. Este manual fornece critérios de diagnóstico para a generalidade das perturbações mentais, incluindo componentes descritivas, de diagnóstico e de tratamento, constituindo um instrumento de trabalho de referência para os profissionais da saúde mental.



ESCOLA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Célia Pfeifer

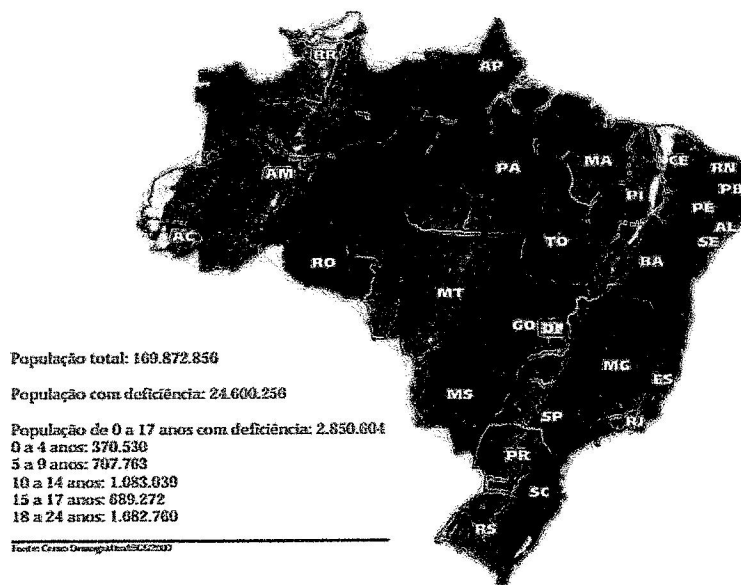
estatísticos do IBGE/2010, no Brasil existem 2.844.937 (dois milhões oitocentos e quarenta e quatro mil novecentos e trinta sete) deficientes intelectuais.

2.2 A Educação Especial no Brasil.

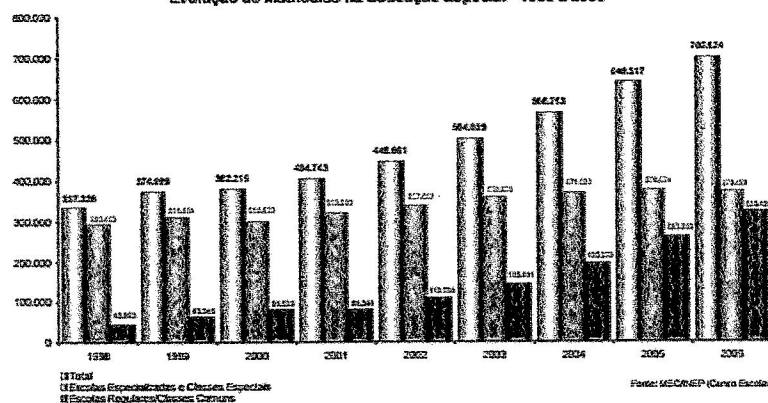
No Brasil, o primeiro marco da educação especial ocorreu no período imperial. A partir de então muitas mudanças aconteceram discutindo políticas, educação e direitos dos deficientes em todos os âmbitos, incluindo os deficientes intelectuais, que por ser nosso foco de atendimento daremos ênfase nesta discussão. Antes de entrarmos especificamente na questão da deficiência intelectual, gostaríamos de ilustrar a evolução da educação especial no Brasil.

Evolução da Educação Especial no Brasil

Secretaria de Educação Especial Ministério da Educação



Evolução de Matrículas na Educação Especial - 1998 a 2006



ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIAL SOCIAL EVOLUÇÃO
2020



2.3 A Educação Especial em Santos.

A cidade de Santos conta com entidades conveniadas que atendem centenas de alunos especiais. Para tanto, além do subsídio do governo municipal, conta com o apoio da Secretaria de Educação do Município tendo uma seção específica para atender as entidades (SEDESP – Seção de Educação Especial). Abaixo trataremos brevemente sobre essa seção.

OBJETIVOS

- Possibilitar uma política educacional inclusiva, baseando-se na legislação vigente, por meio de parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde, de convênios com Escolas de Educação Especial, de atendimentos feitos pela Seção, de visitas às Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Santos e de cursos de formação continuada aos educadores.
- Aprender a viver em diversidade seja nas creches, nas escolas de educação infantil, de ensino fundamental e profissionalizante; compreendendo, assim, as potencialidades das pessoas, singularidades e diferenças em oposição a desigualdades, preconceitos e discriminações presentes na sociedade.
- Favorecer ao professor a reflexão sobre sua prática pedagógica no contexto da sala de aula, como também a todos os profissionais da educação envolvidos no processo de inclusão.
- Implantar no município de Santos o Centro de Referência em Educação Inclusiva, favorecendo as Políticas Públicas de Inclusão.
- Desenvolver atividades de sensibilização, conscientização para toda comunidade na perspectiva da Educação Inclusiva.

FUNDAMENTOS

A SEDESP (Seção de Educação Especial) fundamenta-se na legislação vigente, nos documentos nacionais e internacionais: Declaração de Jomtien, de Salamanca, de Dakar, de Madri, de Guatemala; Constituição Federal de 1988; Lei nº 7.853 de 1989: Integração e Proteção; LDB nº 9.394 de 1996; Lei nº 10.098 de 2000: Acessibilidade; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005; Resolução 11 de 2008; Resolução 68; Lei nº 10.639 de 2003: História e Cultura Afro-Brasileira; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, janeiro/2008; Convenção dos Direitos sobre a Pessoa com Deficiência; Decreto nº 5296/04- Regulamenta as Leis nº 10.048 e nº 10.098 com ênfase na promoção da acessibilidade; Resolução nº 4, de 2 de Outubro de 2009.

Norteia-se em autores como Bourdieu, Foucault, Vigotsky e educadores como Susan Stainback e Maria Teresa E. Mantoan. Busca construir sistemas educacionais inclusivos que assegurem o acesso e permanência de todos a fim de atender à singularidade humana, pluralidade cultural e a cultura da diversidade enquanto processo de transformação da sociedade. Entendem que a educação escolar é o instrumento fundamental de desenvolvimento individual, social, cultural, político e econômico do país para garantir o exercício da cidadania.



AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SEÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL- SEDESP

Visitação às Unidades Municipais de Ensino (UMEs); Projeto Atendimento Domiciliar; Projeto Professor Itinerante de Deficiente Visual; Projeto Estimulação Essencial; Projeto de Orientação para Educadores; Intérprete de Libras; Projeto Auxiliar de Classe; Projeto Sala de Atendimento às Necessidades Educacionais Especiais na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (SANEES).

Serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor com formação em Educação Especial, na área específica, que complementa o atendimento educacional realizado nas classes da Rede Regular de Ensino: 46 SANEES na Educação Infantil e SANEES no Ensino Fundamental.

Projeto Co-ligação (realizada pela Seção de Educação de Jovens e Adultos e Seção de Atendimento às Necessidades Educacionais Especiais).

Reuniões Sistemáticas com: Professores Auxiliares de Classe; Professores de SANEES; Orientadoras Educacionais e Coordenadoras Pedagógicas.

Atendimento na Seção: pais, professores, UMEs.

Estatísticas - Estudo e análise da Legislação Vigente - Participação no Fórum Permanente de Educação Inclusiva. De acordo com a Resolução nº4, de 2 de outubro de 2009, considera – se público alvo do Atendimento Educacional Especializado:

- Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.
- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem – se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.
- Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

SEDESP E INTER-RELAÇÕES COM: Conselho Municipal sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência – CONDEFI; Conselho Municipal de Educação; Conselho Tutelar; Fórum Permanente de Educação Inclusiva - São Paulo; Fórum Permanente de Educação Inclusiva da Região Metropolitana da Baixada Santista; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Esportes; Secretaria Municipal de Assistência Social.

2.4 Nossa entidade:

Nossa entidade visa dar continuidade a um trabalho organizado com uma equipe multidisciplinar atendendo gratuitamente crianças, adolescentes, jovens e adultos deficientes intelectuais voltados para oficinas terapêuticas, pedagógicas, profissionalizantes, oficinas culturais e esportivas visando o desenvolvimento de maneira global e incluindo, quando possível, estes jovens no mercado de trabalho, atendendo seus familiares em reuniões com equipe e encontros com a psicóloga, além das reuniões com equipe pedagógica.



ESCOLA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Célia Pfeifer

A Baixada Santista carece de organizações especializadas que atendam jovens e adultos deficientes intelectuais que são desligados da escola por “terminalidade específica”², em virtude de não atingirem o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, inviabilizando sua capacitação profissional e a colocação no mercado de trabalho.

Esta população excluída do ensino educacional se mantém a margem da sociedade, embora independente do tipo de deficiência que apresente, bem como do grau de seu comprometimento, tem o direito imediato de viver e de trabalhar no espaço comum da vida em sociedade.

Para que isto seja viável, entretanto o contexto social precisa modificar, e promover as ações que se mostrem necessárias para responder ao conjunto de necessidade apresentada por essas pessoas.

Em Santos, no ano de 2003, um grupo de pais com filhos acima de 18 anos com deficiência intelectual, se propuseram a criar um espaço com oficinas terapêuticas e profissionalizantes aos seus filhos, pois estes jovens têm direitos básicos e liberdade fundamentais que estão consagradas por diversas convenções, declarações e normas internacionais.

As ideias foram tomando rumo de acertos e erros, até se chegar a um consenso comum. Nasce o Instituto Evolução fundado pela mãe “**Célia Regina Pfeifer**” com a finalidade de proporcionar trabalhos compatíveis à suas aptidões de aprendizagem, visando à possibilidade da inserção no mercado de trabalho.

Esses pais reconhecem as necessidades e as aspirações das pessoas com deficiência intelectual de serem totalmente incluídas e valorizadas como cidadãos.

A tarefa é árdua, pois se esbarra com o não cumprimento a uma vida com qualidade, acesso a educação, acesso a um trabalho remunerado e equiparado e acesso aos serviços integrados da comunidade.

O Instituto Evolução é uma organização da sociedade civil de interesse público - OSCIP nº 08026.003709/2004-12 criada em 22 de julho de 2004, inscrita sob CNPJ nº 06.206.541/0001-57 - publicado no Diário Oficial da União em 30 de julho de 2004.

O Instituto foi criado com a finalidade de atender a demanda de ocupação de pessoas deficientes intelectuais, residentes em Santos, desenvolvendo atividades em oficina terapêutica, de preparação para o mercado de trabalho, culturais, esportivas e salas pedagógicas, resultando na integração do atendido na sociedade, possibilitando a capacitação profissional e a inserção no mercado de trabalho.

Para o atendimento desta população, o Instituto Evolução executa oficinas com equipe multidisciplinar, que atende gratuitamente 100 (cem alunos) - crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Este atendimento realiza-se através de:

- **Salas Pedagógicas:** possibilidade de trabalhar o conteúdo básico pedagógico adaptado à vida prática diária.
- **Reforço Pedagógico:** atenção especial aos alunos que possuem dificuldades específicas e para aqueles que não tem tanta dificuldade, roda de conversa e interpretação de textos.
- **Oficinas de Artesanato, Informática, Artes Visuais e Projetos:** tendo como objetivo desenvolver atitudes e hábitos adequados para a realização de atividades programadas, favorecendo o desenvolvimento da independência, sociabilidade, autoestima e confiança para que sejam aceitos e respeitados pela sociedade. A ideia de trabalho para as pessoas com deficiência nasceu com objetivo terapêutico, ou seja, ocupar o físico e a mente destes jovens e prepará-los também para o mercado de trabalho.

² artigo 59 da Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional



- **Oficina Terapêutica:** atendimento individual e em grupo com a Psicóloga. Além de atender alunos e pais individualmente, também executa oficina em grupos com alunos que estudam no Instituto e com os alunos que estão no mercado de trabalho e que comparecem uma vez por mês no Instituto para avaliação de suas expectativas, realizações e dificuldades no emprego. Trimestralmente realiza a reunião em grupo intitulada "Café com Pipoca" com os pais dos alunos, havendo uma importantíssima troca de experiências.
- **Passeios culturais e visitas externas:** desenvolvimento do interesse pela cultura, pontos turísticos, valorização da cidade, conhecimento de mundo e sociabilização.
- **Oficinas Esportivas:** favorece a melhora da coordenação motora, vivenciando a expressão do sentimento através dos movimentos e possibilitando a melhora de alguns quadros orgânicos, com exercícios físicos e aquáticos.

Assim, acreditamos que propiciar a descoberta das potencialidades individuais dentro de espaços que visem à inclusão social, através da educação para o trabalho, é o caminho para a evolução pessoal.

Atualmente, segundo dados estatísticos do IBGE/2010, no Brasil existem 2.844.937 (dois milhões oitocentos e quarenta e quatro mil novecentos e trinta sete) deficientes intelectuais e 502.930 (quinhentos e dois mil, novecentos e trinta) no estado de São Paulo.

Participantes do nosso projeto:

| Crianças 0 - 9 | Crianças 10 - 14 | Adolescentes 15 - 19 | Jovens 20 - 29 | Adultos 30 - 59 | Idosos 60 e + | TOTAL |
|----------------------------|-----------------------------|---------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Nº de atendimentos diretos | Nº de atendimentos diretos | Nº de atendimentos diretos | Nº de atendimentos diretos | Nº de atendimentos diretos | Nº de atendimentos diretos | Nº de atendimentos diretos |
| 0 | 02 | 21 | 49 | 48 | 0 | 120 |

A faixa salarial de 85% dos responsáveis por nossos alunos é de 1 a 3 salários mínimos. 10% de 4 a 5 salários e 5% acima.

Em sua maioria trabalham como funcionários registrados em carteira. Alguns recebem já a aposentadoria e também contam com proventos dos próprios deficientes (LOAS ou aposentadoria). 93% dos responsáveis são os próprios pais. 7% são tutelados por avós, tias, irmãos e cunhados.

Trabalhamos com cinco níveis/modalidades/anos diferentes: Nível I, II, III, IV e V que correspondem aos anos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do Ensino Fundamental I.

Nossa avaliação é diagnóstica, ou seja, os alunos são avaliados conforme apresentam pequenas evoluções, progressos, desenvolvimentos motores, desenvolvimentos de fala, de expressão, cognitivos e de comunicação.

A seguir trataremos das metas a serem atingidas.

3. DAS METAS.

As metas para 2019 serão, na questão de número de atendidos:

| | |
|-------------------------------|---|
| Nível I: | 12 alunos período da manhã + 12 alunos no período da tarde; |
| Nível II: | 12 alunos período da manhã + 12 alunos no período da tarde; |
| Nível III: | 12 alunos período da manhã + 12 alunos no período da tarde; |
| Nível IV e V (multisseriada): | 12 alunos período da manhã + 12 alunos no período da tarde; |

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIAL SOCIAL EVOLUÇÃO

2020



ESCOLA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Célia Pfeifer

Reforço Pedagógico: 12 alunos período da manhã + 12 alunos no período da tarde.

TOTAL: 60 alunos no período da manhã + 60 alunos no período da tarde = 120 alunos/dia.

Três vezes por semana os alunos também participam de atendimento psicológico com a Psicóloga da unidade (em grupos e individualmente).

4. PREVISÃO DE RECURSOS.

4.1 Receitas.

Receitas previstas para 2020:

Receberemos, na hipótese de número de alunos completos em todos os meses (120 alunos), o valor de **R\$ 141.145,47** de subvenção e **R\$ 7.436,09** – cada transporte escolar. Como utilizamos três Vans, o valor do transporte soma-se, em **R\$ 22.308,27** cada mês. Nos meses de **setembro e outubro** haverá a **adição de 30%** para ajuda de custo no pagamento do 13º salário (com **acréscimo de 30%** o valor é de **R\$ 176.796,63**) de subvenção cada mês. Não havendo o referido acréscimo no valor do transporte, totalizando **R\$ 176.796,63**.

Janeiro à Agosto + Novembro + Dezembro:

$R\$ 118.837,20 + (R\$ 7.436,09 \times 3) \times 10 \text{ meses} = R\$ 1.411.454,70$

Setembro + Outubro

$R\$ 154.488,36 + (R\$ 7.436,09 \times 3) \times 2 \text{ meses} = R\$ 353.593,26$

Janeiro à Dezembro:

$R\$ 1.411.454,70 + R\$ 353.593,26 = R\$ 1.765.047,96$

TOTAL DE RECEITA PREVISTA: R\$ 1.765.047,96 (Um milhão, setecentos e sessenta e cinco mil, quarenta e sete reais e noventa e seis centavos).

4.2 Despesas:

| | |
|--|----------------------|
| • Salários e encargos | 62% |
| • Locação de imóveis | 10% |
| • Telefone / Internet | 1,0% |
| • Água e esgoto | Integral (+ou- 1,0%) |
| • Energia elétrica | Integral (+ou- 1,0%) |
| • Gás | Integral (+ou- 1,0%) |
| • Bens permanentes | 2,0% |
| • Material Didático e Pedagógico | 1,5% |
| • Limpeza e Vigilância | 1,5% |

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIAL SOCIAL EVOLUÇÃO

2020



ESCOLA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Célia Pfeifer

- Despesas Gerais 1,5% (AVCB, publicação de balancete, despesas com cartório, despesas com visitas e passeios externos, desinsetizações, manutenções, etc.)
- Material de consumo 13,0%
- Serviços de Terceiros 4,5 0%

OBS. 1: Verba de transporte escolar: 03 vans

Integral

OBS. 2: Diante do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Municipal nº 8.896/2020 e pelo Decreto Municipal nº 8.898/2020 e do parecer jurídico constante no Processo Administrativo nº 21.263/2020-51, a previsão constante no Plano de Trabalho referente ao item 1 do ANEXO IV da Lei Municipal nº 3.316, de 8 de Dezembro de 2016 será disponibilizada por meio de Cestas Básicas, enquanto permanecer a suspensão das aulas como medida de contenção da transmissão da COVID-19.

5. FORMA DE EXECUÇÃO:

5.1 Atendimento Educação Especial – Ensino Fundamental I

Será executado nos 200 dias letivos de 2020, iniciando em 03.02.2020 e com seu término em 18.12.2020 na unidade da Associação de Assistência Social Evolução, sito á Rua Conselheiro Lafaiete, 91, onde serão atendidos 120 crianças/adolescentes/jovens/adultos, em período parcial (manhã e tarde) das 8h00 as 12h00 e das 13h30 as 17h30, residentes e domiciliados no município de Santos, em cinco níveis diferentes, respectivos ao 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental I.

Temos condições plenas de atendimento quanto a espaço, mobiliários, utensílios e materiais a serem utilizados, com profissionais de equipe técnica pós-graduados na área educacional, profissionais formados em graduação docente e pós-graduação específica em educação especial, nutricionista e psicóloga. Além disso, funcionários de limpeza e cozinha, treinados para o tratamento e rotina com pessoas com deficiência intelectual.

Nossa proposta pedagógica é de respeitar o desenvolvimento e as capacidades de cada aluno, como elemento de autorrealização e exercício consciente da cidadania. Buscar a melhoria contínua do processo de ensino – aprendizagem, garantindo o acesso aos conhecimentos significativos, possibilitando a atuação dos alunos na sociedade, na cultura e na história.

Valorizar o conhecimento individual, priorizando o sentir, refletir, perceber e compreender. A preocupação é com cada aluno em si, com o processo e não com produtos de aprendizagem padronizados. Dentro das atividades serão incluídas novas modalidades na pratica pedagógica e física para maior desenvolvimento do aluno.

Executaremos anualmente um projeto interdisciplinar que percorre o aprendizado em todos os ciclos e classes, sendo que em 2020 trabalharemos a valorização da nossa área externa (jardim) onde já possuímos uma pequena horta. Estaremos aprofundando o assunto e a prática, envolvendo os alunos na organização das escolhas das sementes e mudas, plantio, rega, adubagem, separação de lixo orgânico e revitalização dos espaços no jardim para uso de leitura e outras atividades ao ar livre. O projeto terá o título de “A paz se faz”.

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIAL SOCIAL EVOLUÇÃO
2020



6. PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO.

Os parâmetros de aferição são os modos ou maneiras que utilizamos para medir o alcance de nossos objetivos e metas propostas. No caso de nossa entidade, utilizaremos como parâmetros de aferição o desenvolvimento de nossos alunos, avaliando de forma escrita (desempenho, progressos, dificuldades, etc) de forma diagnóstica ou de observação. Pretendemos com isso verificar se as metas e os objetivos estão sendo alcançados, principalmente no que diz respeito aos deficientes intelectuais que possuem capacidade para o mercado de trabalho. Através das aferições trimestrais, conseguimos detectar o aluno que está propenso a trabalhar, voltando suas atividades para capacitação profissional, dentro de seus limites. Os demais, sempre apresentam algum progresso. Com exceções há os que por questões de saúde ou instabilidades psicológicas, apresentam retrocessos sendo que, assim que é observado pelos profissionais, a família é chamada para um trabalho em conjunto avaliando qual a questão (mudança de medicamentos, momento de vida complicado, mudanças pessoais, perdas, etc.).

A inserção dos alunos se dá através de encaminhamento da SEDESP, onde em seguida será feita na instituição a anamnese e avaliação pedagógica do atendido para detectar suas condições psicológicas, neurológicas, pedagógicas, físicas, cognitivas, de comunicação, motivação e concentração.

O nível intelectual será pontuado para que seja definido em qual sala o aluno será inserido, sendo avaliado diagnosticamente durante todo o ano letivo.

Existem intervenções usadas para educação de adolescentes e adultos dentro do espectro do autismo, em nossa proposta, que também podem ser usadas para os de Deficiência Intelectual.

O método Teacch (tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbios correlatos da comunicação) utiliza uma avaliação chamada PEP-R (Perfil Psicoeducacional Revisado) levando-se em conta os seus pontos fortes e suas maiores dificuldades. Ele baseia-se na organização do ambiente físico através de rotinas organizadas em quadros, painéis ou agendas e sistema de trabalho de forma a adaptar o ambiente para torna-se mais fácil de compreender o que se espera. Visa desenvolver a independência do atendido de modo que ela necessite do professor para o aprendizado, mas que possa também passar grande parte de seu tempo ocupando-se de forma independente.

Outro método que também poderá ser usado é o PECS (sistema de comunicação através da troca de figuras). Ele foi desenvolvido para ajudar adolescentes e adultos a adquirir habilidade de comunicação. Ele visa ajudar a perceber que através da comunicação pode conseguir muito mais rapidamente as coisas que deseja, estimulando assim a comunicar-se, e muito provavelmente a diminuir drasticamente problemas de conduta.

Para o funcionamento das oficinas serão formados grupos pequenos visando melhor sociabilização do atendido, bem como o desenvolvimento das competências básicas primordiais, tais como: aprender a aprender, aprender a ser, aprender a fazer e gostar de aprender.

6.1 Relatórios de Aferição.

Os relatórios de aferição serão feitos trimestralmente e na prática diária através de atendimento individual e em grupo com nossa psicóloga, sendo registrados por ela, em relatório próprio, os diagnósticos de tais atendimentos.

Esse relatório e aferição já se inicia na chegada do aluno ao instituto, sendo feita a anamnese e a avaliação pedagógica, especificando, de forma resumida, o quadro geral do aluno (a). Nesse momento a psicóloga desenvolve um relatório para consulta dos professores que estarão com o aluno diariamente.



ESCOLA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Célia Pfeifer

A aferição do número de alunos ingressantes no mercado de trabalho é fator importantíssimo para sabermos sobre as metas alcançadas. Pesa, portanto, também avaliarmos as condições econômicas do país, observando-se a queda em contratações de modo geral.

Como pontos de aferição também terão as reuniões com pais e os atendimentos individuais e em grupos específicos, dos quais poderemos extrair detalhes de comportamento em casa que ajudam a elaborar nosso trabalho em conjunto com a família. Isso será dado com a promoção de reuniões psicopedagógicas com os pais/responsáveis, promoção de palestras de esclarecimentos/orientações com especialistas para pais/responsáveis e promoção de encontros de pais/responsáveis com a equipe técnica.

6.2 Profissionais envolvidos.

| Função no Projeto | Tipo do vínculo |
|---|-----------------|
| Presidente do Instituto | (sem vínculo) |
| Diretor Pedagógico | CLT |
| Coordenadora Pedagógica | CLT |
| Secretária | CLT |
| Cozinheira (1) | CLT |
| Auxiliar de Cozinha (1) | CLT |
| Auxiliar de Serviços Gerais (2) | CLT |
| Psicóloga (1) | CLT |
| Nutricionista (1) | CLT |
| Professor de Educação Física (2) | CLT |
| Professor de Ensino Fundamental (1) | CLT |
| Prof. de Ens. Fund. com Especialização em Educação Especial (5) | CLT |

6.3 Participação da comunidade.

As famílias das pessoas com deficiência intelectual beneficiados participam ativamente divulgando nosso Instituto para as escolas da comunidade. Recebemos muitas visitas da sociedade civil para conhecer o tipo de trabalho. Através de atividades esportivas e culturais, visitas em locais históricos, exposições e passeios diversos, ampliamos o conhecimento de mundo de nossos alunos, contribuindo para que a comunidade interaja com nossas atividades e com os alunos. Além disso, a divulgação do nosso trabalho e as possíveis inserções no mercado de trabalho, além das divulgações através do site e das redes sociais.

Célia Regina Pfeifer
CPF: 025.462.978-48
Presidente